

LEGITIMAÇÃO, QUESTIONAMENTO CIENTÍFICO E DIREITOS HUMANOS: Pós-Modernidade¹

Janaína Quintas Antunes²

Consideremos os questionamentos de Lyotard em relação à condição pós-moderna para iniciar a discussão sobre legitimação na pós-modernidade e além. Ele já adiantava diversos questionamentos contemporâneos em 1979, quando já era um grande crítico contrário aos posicionamentos de muito pós-modernistas.

Este estudo tem por objeto a posição do saber nas sociedades mais desenvolvidas. Decidiu-se chamá-la de "pós-moderna". A palavra é usada, no continente americano, por sociólogos e críticos. Designa o estado da cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX. Aqui, essas transformações serão situadas em relação à crise dos relatos. (LYOTARD, 2002, p. XV).

Krishan Kumar, consciente das diversas posições contrastantes sobre a pós-modernidade, destaca que o importante é manter o debate sempre aberto, de maneira que precisamos considerar os questionamentos aqui a serem apresentados por Lyotard.

Nossa hipótese de trabalho é a de que o saber muda de estatuto ao mesmo tempo que as sociedades entram na idade dita pós-industrial e as culturas na idade dita pós-moderna. Esta passagem começou desde pelo menos o final dos anos 50, marcando para a Europa o fim de sua reconstrução. Foi mais ou menos rápida conforme os países e, nos países, conforme os setores de atividade: donde uma discronia geral, que não torna fácil o quadro de conjunto. Uma parte das descrições não pode deixar de ser conjectural. E sabe-se que é imprudente conceder um crédito excessivo à futurologia. (LYOTARD, 2002, p. 3).

1. Artigo apresentado ao Eixo Temático 01 – Apresentação – do XIV Simpósio Nacional da ABCiber.

2. Ex-presidenta da ABCiber (2019-2021). Doutora em Comunicação e Semiótica — PUC-SP; Mestre em Educação, Arte e História da Cultura — Mackenzie/SP. Coordenadora do curso de Pós-Graduação em Cibercultura da PUC-SP. E-mail: tcheina@hotmail.com

**direitos humanos,
políticas identitárias,
imaginários de resistência.**

Dentro de todas as indagações acerca das diferentes opiniões a respeito da pós-modernidade, novamente temos o fato de que não há como muitas não serem conjecturais.

Para começar, o saber científico não é todo o saber; ele sempre teve ligado a seu conceito, em competição com uma outra espécie de saber que, para simplificar, chamaremos de narrativo e que será caracterizado mais adiante. Não se trata de dizer que este último possa prevalecer sobre ele, mas seu modelo está relacionado às idéias de equilíbrio interior e de convivialidade, comparadas às quais o saber contemporâneo empalidece, sobretudo se tiver que sofrer uma exteriorização em relação àquele que sabe (*sachant*) e uma alienação em relação a seus usuários bem maiores do que antes. A desmoralização consequente dos pesquisadores e dos professores é fato importante, tanto que veio à tona, como se sabe, junto àqueles que se destinavam a exercer estas profissões, os estudantes, ao longo dos anos 60, em todas as sociedades mais desenvolvidas, e veio retardar sensivelmente, durante este período, o rendimento dos laboratórios e das universidades que não conseguiram evitar a sua contaminação. (LYOTARD, 2002, p. 12).

Já passamos da hora de desconectar o saber científico dos conceitos. A desmoralização mencionada perdura até hoje, e a falta de compreensão da contemporaneidade trazida pela insistência em se trabalhar através de conceitos foi um dos agravantes desse fato.

Além disso, ela interfere no problema essencial, o da legitimação. Aqui, tomamos a palavra em um sentido mais lato do que lhe é dado na discussão da questão da autoridade pelos teóricos alemães contemporâneos. Considere-se uma lei civil; seu enunciado é o seguinte: tal categoria de cidadãos deve desempenhar tal tipo de ação. A legitimação é um processo pelo qual um legislador é autorizado a promulgar esta lei como norma. Considere-se um enunciado científico; ele está submetido à regra: um enunciado deve apresentar determinado conjunto de condições para ser reconhecido como científico. Aqui, a legitimação é o processo pelo qual um "legislador" ao tratar do discurso científico é autorizado a prescrever as condições estabelecidas (em geral, condições de consistência interna e de verificação experimental) para que um enunciado faça parte deste discurso e possa ser levado em consideração pela comunidade científica. (LYOTARD, 2002, p. 13).

Esse é o processo que precisamos modificar para que possamos continuar desempenhando nosso papel de “comunidade científica”.

direitos humanos, políticas identitárias, imaginários de resistência.

Na sociedade e na cultura contemporânea, sociedade pós-industrial, cultura pós-moderna, a questão da legitimação do saber coloca-se em outros termos. O grande relato perdeu sua credibilidade, seja qual for o modo de unificação que lhe é conferido: relato especulativo, relato da emancipação. (LYOTARD, 2002, p. 69).

Questão essa que tomou proporções ainda maiores no *Nobrow* (cf. ANTUNES, 2019).

Buscas de causalidade [...] são sempre decepcionantes. Supondo-se que se admita uma ou outra destas hipóteses, resta explicar a correlação das tendências referidas com o declínio do poder unificador e legitimador dos grandes relatos da especulação e da emancipação. O impacto que, por um lado, a retomada e a prosperidade capitalista e, por outro lado, o avanço desconcertante das técnicas podem ter sobre o estatuto do saber é certamente compreensível. Mas é preciso primeiramente resgatar os germes de "deslegitimação" e de niilismo que eram inerentes aos grandes relatos do século XIX para compreender como a ciência contemporânea podia ser sensível a estes impactos bem antes que eles acontecessem. (LYOTARD, 2002, p. 69-70).

O ponto a ser questionado seria o da legitimação ser inerente à ciência.

Uma ciência que não encontrou sua legitimidade não é uma ciência verdadeira; ela cai no nível o mais baixo, o de ideologia ou de instrumento de poder, se o discurso que deveria legitimá-la aparece ele mesmo como dependente de um saber pré-científico, da mesma categoria que um relato "vulgar". O que não deixa de acontecer se se volta contra ele as regras do jogo da ciência que ele denuncia como empírica. Considere-se o enunciado especulativo: um enunciado científico é um saber somente se for capaz de situar-se num processo universal de engendramento. A questão que surge a seu respeito é a seguinte: seria este enunciado um saber no sentido que ele determina? Ele não o será, a não ser que possa situar-se num processo universal de engendramento. Ora, ele o pode. Basta-lhe pressupor que este processo existe (a Vida do espírito) e que ele mesmo é uma de suas expressões. Esta pressuposição é mesmo indispensável ao jogo de linguagem especulativo. Se ela não é feita, a própria linguagem da legitimação não seria legítima, e estaria, com a ciência, imersa no non sense, pelo menos de acordo com o idealismo. Mas pode-se compreender esta pressuposição num sentido totalmente diferente, que nos aproxima da cultura pós-moderna: ela define, dir-se-á na perspectiva que adotamos anteriormente, o grupo de regras que é preciso admitir para jogar o jogo especulativo. Tal apreciação supõe primeiramente que se aceite como modo geral da linguagem de saber o das ciências "positivas". Em segundo lugar, que se

direitos humanos, políticas identitárias, imaginários de resistência.

considere que esta linguagem implica pressuposições (formais e axiomáticas) que ela deve sempre explicitar. Com outras palavras, Nietzsche afirma isto quando mostra que o "nihilismo europeu" resulta da auto-aplicação da exigência científica de verdade a esta própria exigência. Surge assim a idéia de perspectiva que não é distante, pelo menos neste ponto, da dos jogos de linguagem. Tem-se aí um processo de deslegitimação cujo motor é a exigência de legitimação. A "crise" do saber científico, cujos sinais se multiplicam desde o fim do século XIX, não provém de uma proliferação fortuita das ciências, que seria ela mesma o efeito do progresso das técnicas e da expansão do capitalismo. Ela procede da erosão interna do princípio de legitimação do saber. Esta erosão opera no jogo especulativo, e é ela que, ao afrouxar a trama enciclopédica na qual cada ciência devia encontrar seu lugar, deixa-as se emanciparem. (LYOTARD, 2002, p. 70-71).

O que torna a linguagem científica como tal é exatamente essa pressuposição. Não temos que fugir da legitimação, mas sim das metodologias não mais cabíveis que acreditamos serem inerentes a essa. É preciso que, para se definir, se abra espaço para a indefinição no saber científico. Um “processo de deslegitimação cujo motor é a exigência de legitimação” e a “crise do saber científico” vem da “erosão interna do princípio de legitimação do saber” (LYOTARD, 2002, p. 70-71). Precisamos buscar esse afrouxamento enciclopédico que trará emancipação para a ciência e para todo o conhecimento em geral.

As delimitações clássicas dos diversos campos científicos passam ao mesmo tempo por um questionamento: disciplinas desaparecem, invasões se produzem nas fronteiras das ciências, de onde nascem novos campos. A hierarquia especulativa dos conhecimentos dá lugar a uma rede imanente e, por assim dizer, "rasa", de investigações cujas respectivas fronteiras não cessam de se deslocar. As antigas "faculdades" desmembram-se em institutos e fundações de todo tipo, as universidades perdem sua função de legitimação especulativa. Privadas da responsabilidade da pesquisa que o relato especulativo abafa, elas se limitam a transmitir os saberes julgados estabelecidos e asseguram, pela didática, mais a reprodução dos professores que a dos cientistas. É neste estado que Nietzsche as encontra e as condena. (LYOTARD, 2002, p. 71-72).

Atualmente, as fronteiras não apenas não “cessam de se deslocar” – como na pós-modernidade –, elas simplesmente se dissolvem e deixam de existir no advento do *Nobrow*.

direitos humanos, políticas identitárias, imaginários de resistência.

Hipermodernidade

A partir do final dos anos 70, a noção de pós-modernidade fez sua entrada no palco intelectual com o fim de qualificar o novo estado cultural das sociedades desenvolvidas. Tendo surgido inicialmente no discurso arquitetônico (em reação ao estilo internacional), ela bem depressa foi mobilizada para designar ora o abalo dos alicerces absolutos da racionalidade e o fracasso das grandes ideologias da história, ora a poderosa dinâmica de individualização e de pluralização de nossas sociedades. Para além das diversas interpretações propostas, impôs-se a ideia de que estávamos diante de uma sociedade mais diversa, mais facultativa, menos carregada de expectativas em relação ao futuro. Às visões entusiásticas do progresso histórico sucediam-se horizontes mais curtos, uma temporalidade dominada pelo precário e pelo efêmero. Confundindo-se com a derrocada das construções voluntaristas do futuro e o concomitante triunfo das normas consumistas centradas na vida presente, o período pós-moderno indicava o advento de uma temporalidade social inédita, marcada pela primazia do aqui-agora. (LIPOVETSKY, 2004b, p. 51).

As possíveis datas de início da pós-modernidade e de sua “entrada no palco intelectual” (datas distintas) e cada justificativa para tais de diversos teóricos são discutidas adiante.

O neologismo pós-moderno tinha um mérito: salientar uma mudança de direção, uma reorganização em profundidade do modo de funcionamento social e cultural das sociedades democráticas avançadas. Rápida expansão do consumo e da comunicação de massa; enfraquecimento das normas autoritárias e disciplinares; surto de individualização; consagração do hedonismo e do psicologismo; perda da fé no futuro revolucionário; descontentamento com as paixões políticas e as militâncias – era mesmo preciso dar um nome à enorme transformação que se desenrolava no palco das sociedades abastadas, livres do peso das grandes utopias futuristas da primeira modernidade. (LIPOVETSKY, 2004b, p. 52).

Temos aqui o neologismo “pós-moderno” como oposição bem representada ao termo “moderno”. O fato é que a aceitação do termo “pós-moderno” não se deu por sua boa adequação representativa da realidade, mas por falta de outro termo melhor.

Ao mesmo tempo, porém, a expressão pós-moderno era ambígua, desajeitada, para não dizer vaga. Isso porque era evidentemente uma

direitos humanos, políticas identitárias, imaginários de resistência.

modernidade de novo gênero a que tomava corpo, e não uma simples superação daquela anterior. Donde as reticências legítimas que se manifestaram a respeito do prefixo pós. E acrescente-se isto: há vinte anos, o conceito de pós-moderno dava oxigênio, sugeria o novo, uma bifurcação maior; hoje, entretanto, está um tanto desusado. O ciclo pós-moderno se deu sob o signo da descompressão *cool* do social; agora, porém, temos a sensação de que os tempos voltam a endurecer-se, cobertos que estão de nuvens escuras. Tendo-se vivido um breve momento de redução das pressões e imposições sociais, eis que elas reaparecem em primeiro plano, nem que seja com novos traços. No momento em que triunfam a tecnologia genética, a globalização liberal e os direitos humanos, o rótulo pós-moderno já ganhou rugas, tendo esgotado sua capacidade de exprimir o mundo que se anuncia. (LIPOVETSKY, 2004b, p. 52).

Dessa maneira, Lipovetsky demonstra a constatação de que “o rótulo pós-moderno já ganhou rugas, tendo esgotado sua capacidade de exprimir o mundo que se anuncia”.

O pós de pós-moderno ainda dirigia o olhar para um passado que se decretara morto; fazia pensar numa extinção sem determinar o que nos tornávamos, como se se tratasse de preservar uma liberdade nova, conquistada no rastro da dissolução dos enquadramentos sociais, políticos e ideológicos. Donde seu sucesso. Essa época terminou. Hipercapitalismo, hiperclasse, hiperpotência, hiperterrorismo, hiperindividualismo, hipermercado, hipertexto – o que mais não é hiper? O que mais não expõe uma modernidade elevada à potência superlativa? Ao clima de epílogo segue-se uma sensação de fuga para adiante, de modernização desenfreada, feita de mercantilização proliferativa, de desregulamentação econômica, de ímpeto técnico-científico, cujos efeitos são tão carregados de perigos quanto de promessas. Tudo foi muito rápido: a coruja de Minerva anunciava o nascimento do pós-moderno no momento mesmo em que se esboçava a hipermodernização do mundo. (LIPOVETSKY, 2004b, p. 53).

A época pós-moderna terminou. A partir daí, Lipovetsky introduz o conceito de “hipermodernidade”.

Tudo se passa como se tivéssemos ido da era do pós para a era do hiper. Nasce uma nova sociedade moderna. Trata-se não mais de sair do mundo da tradição para aceder à racionalidade moderna, e sim de modernizar a própria modernidade, racionalizar a racionalização – ou seja, na realidade destruir os "arcaísmos" e as rotinas burocráticas, pôr fim à rigidez institucional e aos entraves protecionistas, relocar, privatizar, estimular a concorrência. O voluntarismo do "futuro radiante" foi sucedido pelo

direitos humanos, políticas identitárias, imaginários de resistência.

ativismo gerencial, uma exaltação da mudança, da reforma, da adaptação, desprovida tanto de um horizonte de esperanças quanto de uma visão grandiosa da história. Por toda a parte, a ênfase é na obrigação do movimento, a hipermudança sem o peso de qualquer visão utópica, ditada pelo imperativo da eficiência e pela necessidade da sobrevivência. Na hipermodernidade, não há escolha, não há alternativa, senão evoluir, acelerar para não ser ultrapassado pela "evolução": o culto da modernização técnica prevaleceu sobre a glorificação dos fins e dos ideais. Quanto menos o futuro é previsível, mais ele precisa ser mutável, flexível, reativo, permanentemente pronto a mudar, supermoderno, mais moderno que os modernos dos tempos heróicos. A mitologia da ruptura radical foi substituída pela cultura do mais rápido e do sempre mais: mais rentabilidade, mais desempenho, mais flexibilidade, mais inovação. Resta saber se, na realidade, isso não significa modernização cega, niilismo técnico-mercantil, processo que transforma a vida em algo sem propósito e sem sentido. (LIPOVETSKY, 2004b, p. 56-57).

Tudo o que Lipovestky caracteriza como “hiper” é comum ao que, na cultura *Nobrow*, caracterizamos como excessos e acelerações idiossincráticas dessa cultura, que é sempre mutável e flexível, de acordo com a necessidade descrita acima no cenário – exato – de um futuro pouco previsível.

Quando até o não-moderno revela a primazia do eu e funciona segundo um processo pós-tradicional, quando a cultura do passado não é mais obstáculo à modernização individualista e mercantil, surge uma fase nova da modernidade. Do pós ao hiper: a pós-modernidade não terá sido mais que um estágio de transição, um momento de curta duração. E este já não é mais o nosso. (LIPOVETSKY, 2004b, p. 58).

Definitivamente uma nova fase surgiu – conforme indicado por Lipovestky –, não mais compatível com os parâmetros da pós-modernidade – “um estágio de transição, um momento de curta duração. E este já não é mais o nosso”. Hoje, observamos novos parâmetros tanto na ideia de hipermodernidade quanto no de *Nobrow*, haja vista que “[...] a hipermodernidade multiplicou as temporalidades divergentes.” (LIPOVETSKY, 2004b, p. 58), concepção esta comum à do *Nobrow*. “Superar a temática pós-moderna, reconceitualizar a organização temporal que se apresenta – eis o propósito deste texto” (LIPOVETSKY, 2004b, p. 58).

direitos humanos, políticas identitárias, imaginários de resistência.

Jean-François Lyotard foi um dos primeiros a notar o vínculo entre a condição pós-moderna e a temporalidade presentista. Perda de credibilidade dos sistemas progressistas; primazia das normas da eficiência; mercantilização do saber; multiplicação dos contratos temporários no cotidiano – o que significa tudo isso senão que o centro de gravidade temporal de nossas sociedades se deslocou do futuro para o presente? A época dita pós-moderna, definida pelo esgotamento das doutrinas emancipatórias e pela ascensão de um tipo de legitimação centrada na eficiência, faz-se acompanhar do predomínio do aqui-agora. Perguntemos: quais as forças sócio-históricas que provocaram a agonia das visões triunfalistas acerca do futuro? Sejam claros: os insucessos ou as catástrofes da modernidade político-econômica (as duas guerras mundiais, os totalitarismos, o Gulag, o Holocausto, as crises do capitalismo, o abismo entre Primeiro e Terceiro Mundo) jamais teriam, por si sós, causado a ruína das "metanarrativas" se novos referenciais não houvessem alcançado êxito maciço em remodelar as mentalidades, em oferecer novas perspectivas para as existências. As decepções, as decepções políticas, não explicam tudo: houve simultaneamente novas paixões, novos sonhos, novas seduções que se manifestaram dia após dia, sem grandiloquência, é verdade, mas onipresentes e afetando o maior número de pessoas. Eis o fenômeno que nos modificou: é com a revolução do cotidiano, com as profundas convulsões nas aspirações e nos modos de vida estimuladas pelo último meio século, que surge a consagração do presente. (LIPOVETSKY, 2004b, p. 59).

Mais do que a questão do presente, a sociedade contemporânea já voltou a se preocupar com o futuro, pois já temos razões para crer novamente em um futuro melhor.

A primazia do presente se instalou menos pela ausência (de sentido, de valor, de projeto histórico) que pelo excesso (de bens, de imagens, de solicitações hedonistas). Foi o poder dos dispositivos subpolíticos do consumismo e da moda generalizada o que provocou a derrota do heroísmo ideológico-político da modernidade. O coroamento do presente se iniciou muito antes que se houvessem enfraquecido as razões para ter esperança num futuro melhor; esse coroamento precedeu em várias décadas a queda do Muro de Berlim, o universo acelerado do ciberespaço e o liberalismo globalizado. (LIPOVETSKY, 2004b, p. 61).

Há um novo presenteísmo que caminha lado a lado com a esperança no futuro, que não a anula.

A partir dos anos 80 e (sobretudo) 90, instalou-se um presentismo de segunda geração, subjacente à globalização neoliberal e à revolução informática. Essas duas séries de fenômenos se conjugam para

direitos humanos, políticas identitárias, imaginários de resistência.

"comprimir o espaço-tempo", elevando a voltagem da lógica da brevidade. De um lado, a mídia eletrônica e informática possibilita a informação e os intercâmbios em "tempo real", criando uma sensação de simultaneidade e de imediatez que desvaloriza sempre mais as formas de espera e de lentidão. De outro lado, a ascendência crescente do mercado e do capitalismo financeiro pôs em xeque as visões estatais de longo prazo em favor do desempenho a curto prazo, da circulação acelerada dos capitais em escala global, das transações econômicas em ciclos cada vez mais rápidos. Por toda a parte, as palavras-chaves das organizações são flexibilidade, rentabilidade, *just in time*, "concorrência temporal", atraso-zero – tantas orientações que são testemunho de uma modernização exacerbada que contrai o tempo numa lógica urgentista. Se a sociedade neoliberal e informatizada não criou a mania do presente, não há dúvida de que ela contribuiu para a culminância disso ao interferir nas escalas de tempo, intensificando nossa vontade de libertar-nos das limitações do espaço-tempo. Mais: tal reorganização da vida econômica não deixou de ter consequências dramáticas para categorias inteiras da população, com o "turbocapitalismo" e a prioridade dada à rentabilidade imediata acarretando as reduções maciças de quadros funcionais, o emprego precário, a ameaça maior de desemprego. O *Zeitgeist* predominantemente frívolo foi substituído pelo tempo do risco e da incerteza. Viveu-se certa despreocupação com o futuro – mas agora é na insegurança que, cada vez mais, vive-se o presente. (LIPOVETSKY, 2004b, p. 62-63).

No *Nobrow*, vivemos sua incerteza característica – muito diferente da incerteza da pós-modernidade, relacionada com a falta de perspectiva do futuro.

O momento denominado pós-moderno coincidiu com o movimento de emancipação dos indivíduos em face dos papéis sociais e das autoridades institucionais tradicionais, em face das limitações impostas pela filiação a este ou aquele grupo e em face dos objetivos distantes; aquele momento é indissociável do estabelecimento de normas sociais mais flexíveis, mais diversas, e da ampliação da gama de opções pessoais. Disso resultou um sentimento de "descontração", de autonomia e de abertura para as existências individuais. Sinônimo de desencantamento com os grandes projetos coletivos, o parêntese pós-moderno ficou todavia envolto numa nova forma de sedução, ligada à individualização das condições de vida, ao culto do eu e das felicidades privadas. Já não estamos mais nessa fase: eis agora o tempo do desencanto com a própria pós-modernidade, da desmitificação da vida no presente, confrontada que está com a escalada das inseguranças. O alívio é substituído pelo fardo, o hedonismo recua ante os temores, as sujeições do presente se mostram mais fortes que a abertura de possibilidades acarretada pela individualização da sociedade. De um lado, a sociedade-moda não pára de instigar aos gozos já reduzidos do consumo, do lazer e do bem-estar. De outro, a vida fica

direitos humanos, políticas identitárias, imaginários de resistência.

menos frívola, mais estressante, mais apreensiva. A tomada das existências pela insegurança suplanta a despreocupação "pós-moderna". É com os traços de um composto paradoxal de frivolidade e ansiedade, de euforia e vulnerabilidade, que se desenha a modernidade do segundo tipo. Nesse contexto, o rótulo pós-moderno, que antes anunciava um nascimento, tornou-se um vestígio do passado, um "lugar da memória". (LIPOVETSKY, 2004b, p. 64-65).

São essas as justificativas da superação do pós-moderno. Não há como ainda estarmos nessa fase de presenteísmo despreocupados com o futuro, levando em consideração as características da contemporaneidade demarcadas acima.

Os fluxos econômicos de curto prazo, o insucesso das certezas progressistas, a derrocada do poder regulador das tradições – todos esses fenômenos presentistas são indiscutíveis. Parece-me, porém, que eles não nos autorizam a diagnosticar a irrupção de uma cultura do "presente eterno" ou "auto-suficiente". Tal conceitualização deixa passar excessivamente em branco as tensões paradoxais que animam o regime do tempo na hipermodernidade. (LIPOVETSKY, 2004b, p. 66).

Esses fenômenos presenteístas podem ser traços da pós-modernidade que ainda sobrevivem, mas realmente não significam que tal cultura "presente eterno" continue viva.

Na hipermodernidade, a fé no progresso foi substituída não pela desesperança nem pelo niilismo, mas por uma confiança instável, oscilante, variável em função dos acontecimentos e das circunstâncias. Motor da dinâmica dos investimentos e do consumo, o otimismo em face do futuro se reduziu – mas não está morto. Assim como o resto, a sensação de confiança se desinstitucionalizou, desregulamentou-se, só manifestando-se na forma de variações extremas. (LIPOVETSKY, 2004b, p. 70).

Diferentemente da pós-modernidade, hoje somos obrigados a enfrentar o futuro, a considerá-lo, não importa em que intensidade.

Essa remobilização da memória é indissociável de um novo modo de identificação coletiva. Nas sociedades tradicionais, a identidade religiosa e cultural era vivida como coisa natural, recebida e intangível, excluindo as escolhas individuais. Isso acabou. Na presente situação, a filiação identitária é tudo menos instantânea ou dada em definitivo; ela é, isto sim, um problema, uma reivindicação, um objeto de apropriação dos

direitos humanos, políticas identitárias, imaginários de resistência.

indivíduos. Meio de construir-se e dizer o que se é, maneira de afirmar-se e fazer-se reconhecer, a filiação comunitária vem acompanhada de autodefinição e autoquestionamento. Já não se é mais judeu, muçulmano ou basco "tal qual se respira": a identidade própria é questionada, examinada; hoje, é preciso tomar posse daquilo que outrora se tinha naturalmente. Antes institucionalizada, a identidade cultural se tornou aberta e reflexiva, uma questão individual suscetível de ser retomada infinitamente. (LIPOVETSKY, 2004b, p. 94-95).

Tal ideia antiga de identidade realmente acabou. Lipovetsky explica que, na hipermodernidade, a identidade não é instantânea nem definitiva. No *Nobrow*, ela é completamente obsoleta, não sendo capaz de representar seus objetos culturais e indivíduos.

O que define a hipermodernidade não é exclusivamente a autocrítica dos saberes e das instituições modernas; é também a memória revisitada, a remobilização das crenças tradicionais, a hibridização individualista do passado e do presente. Não mais apenas a desconstrução das tradições, mas o reemprego delas sem imposição institucional, o eterno rearranjar delas conforme o princípio da soberania individual. Se a hipermodernidade é metamodernidade, ela se apresenta igualmente com os traços de uma metatradicionalidade, de uma metarreligiosidade sem fronteiras. (LIPOVETSKY, 2004b, p. 98).

O que define o *Nobrow* é a evolução, a transcendência de tal hibridização em uma "além-hibridização".

Não faltam fenômenos que podem autorizar uma interpretação relativista ou niilista do universo hipermoderno. Dissolução dos fundamentos incontestes do saber, primado do pragmatismo e do deus dinheiro, sentimento de igualdade de valor de todas as opiniões e de todas as culturas – são tantos os elementos que nutrem a ideia de que o ceticismo e a extinção dos ideais superiores constituem importante característica de nossa época. Mas será que a realidade observável dá mesmo razão a tal paradigma? Embora seja inegável que grande quantidade de referenciais culturais se embaralharam e que a dinâmica técnica e mercantil organiza segmentos inteiros de nossas sociedades, permanece o fato de que a derrocada do sentido não chega ao extremo, pois há sempre um fundo de forte e amplo consenso sobre os fundamentos ético-políticos da modernidade liberal. Para além da "guerra dos deuses" weberiana e do crescente poder da sociedade de mercado, afirma-se um núcleo duro de valores compartilhados que estabelecem limites estritos ao rolo

direitos humanos, políticas identitárias, imaginários de resistência.

compressor do raciocínio operacionalista. Nem todo o nosso patrimônio ético-político foi erradicado: permanecem válvulas de escape axiológicas que nos impedem de endossar a interpretação radicalista do niilismo hipermoderno. Disso são testemunho, em especial, os protestos e compromissos éticos, a nova consagração dos direitos humanos, que os erige em centro de gravidade ideológica e em norma organizadora onipresente das ações coletivas. (LIPOVETSKY, 2004b, p. 98-99).

Os elementos mencionados são características de nossa época, a qual podemos chamar de hipermodernidade ou *Nobrow*. Contudo, devemos considerar que a característica mais importante do *Nobrow* é sua indeterminação e/ou sua flexibilidade, seu esfumaçar de bordas e fronteiras.

Não é verdade que o dinheiro e a eficiência se tornaram os princípios e os fins últimos de todas as relações sociais. Do contrário, como entender o valor conferido ao amor e à amizade? Como explicar as reações de indignação em face das novas formas de escravidão e de barbárie? De onde vêm as exigências de moralizar as trocas econômicas, a mídia e a vida política? Ainda que nossa época seja o palco da pluralidade conflituosa dos conceitos do bem, ela é, ao mesmo tempo, marcada por uma reconciliação inédita com os fundamentos humanistas – estes nunca antes se beneficiaram de tal legitimidade incontestada. Nem todos os valores, nem todos os referenciais de sentido, foram pelos ares: a hipermodernidade não é "sempre mais desempenho instrumental e, portanto, sempre menos valores que tenham força de obrigação"; ela é, isto sim, uma espiral técnico-mercantil que se liga ao reforço unanimista do tronco comum dos valores humanistas democráticos. Ninguém negará que o mundo, do jeito que anda, provoca mais inquietação do que otimismo desenfreado: alarga-se o abismo entre Primeiro e Terceiro Mundo; aumentam as desigualdades sociais; as consciências ficam obcecadas pela insegurança de várias naturezas; o mercado globalizado diminui o poder que as democracias têm de regerem a si mesmas. Mas será que isso nos autoriza a diagnosticar um processo de "rebarbarização" do mundo, no qual a democracia não é mais que uma "pseudodemocracia e um "espetáculo cerimonial"? Chegar a tal conclusão seria subestimar o poder de autocritica e de autocorreção que continua a existir no universo democrático liberal. A era presentista está tudo menos fechada, encerrada em si mesma, dedicada a um niilismo exponencial. Dado que a depreciação dos valores supremos não é sem limites, o futuro continua em aberto. A hipermodernidade democrática e mercantil ainda não deu seu canto do cisne – ela está apenas no começo de sua aventura histórica. (LIPOVETSKY, 2004b, p. 99-100).

direitos humanos, políticas identitárias, imaginários de resistência.

Nobrow é a era do “em aberto”, na qual todas as tendências (mesmo as opostas) podem caminhar juntas, lado a lado, em convivência pacífica. É a era de depreciação e de superação de todo e qualquer valor.

Palavras-chave: Legitimação, Saber Científico, Questionamento Científico, *Nobrow*, Pós-modernidade, Direitos Fundamentais, Direitos Humanos.

Referências

- ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. São Paulo: Malheiros, 2008.
- ANTUNES, Janaína Quintas. **Nobrow: o inclassificável internacionalizado**. São Paulo: Gênio Criador, 2019.
- _____. Reconfiguração da vida e ciência colaborativa. In: SAKAMOTO, Cleusa Kazue; ANDREUCCI, Sérgio (orgs.). **Crise, criatividade e comunicação: estudos em meio à pandemia de COVID-19**. São Paulo: Gênio Criador, 2020.
- KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- LIPOVETSKY, Gilles. **Metamorfoses da cultura liberal: ética, mídia e empresa**. Porto Alegre: Sulina, 2004a.
- _____. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004b.
- LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A cultura-mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- LIPOVETSKY, Gilles; JUVIN, Hervé. **A globalização ocidental: controvérsia sobre a cultura planetária**. Barueri: Manole, 2012.
- LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- _____. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.